

**REDE PELA SOBERANIA DIGITAL**

# **DECÁLOGO PARA SOBERANIA DIGITAL**

**DEZ COMPROMISSOS  
PARA AS ELEIÇÕES DE 2026**

**Soberania digital precisa ser popular e solidária, combinar autonomia nacional, democracia, direitos humanos, capacidade pública, protagonismo da sociedade civil e poder dos territórios.**





# PROPOSTAS PARA SOBERANIA DIGITAL

## DEZ COMPROMISSOS PARA AS ELEIÇÕES DE 2026

### SOBERANIA DIGITAL POPULAR É PODER COLETIVO SOBRE A TECNOLOGIA

O digital já organiza o trabalho, a educação, a comunicação, os serviços públicos e a própria democracia. Mas não basta saber usar a tecnologia: **é fundamental buscar a autonomia sobre todas as camadas da infraestrutura digital** - da energia e equipamentos às plataformas e inteligência artificial. Isso exige superar a dependência externa e **colocar o desenvolvimento tecnológico a serviço das pessoas e do bem comum**, integrando uma perspectiva de interesse público, justiça social, emancipação humana e cuidado com a natureza.

É com esse horizonte que a **Rede pela Soberania Digital** apresenta este **Decálogo para as Eleições de 2026**: um conjunto de dez compromissos essenciais para que candidatas e candidatos, nos diferentes níveis e poderes, possam **assumir publicamente a construção da soberania digital popular** como parte de sua atuação e de seus mandatos.

E a **sociedade civil não aceita mais ser consultada apenas de forma protocolar**: exige compromissos verificáveis, com instrumentos, orçamento, prazos e indicadores.

O Decálogo busca, portanto, **transformar princípios em compromissos públicos** que possam orientar propostas, políticas e ações, que serão acompanhados pela sociedade ao longo dos mandatos.

Cada ponto apresenta o compromisso, o que o tornará efetivo e como devem ser entregues para que a sociedade possa acompanhar, cobrar e verificar.

## 01

## TECNOLOGIAS A SERVIÇO DA VIDA, DO CUIDADO E DA DEMOCRACIA

## COMPROMISSO

Orientar toda política digital pela garantia de direitos humanos, redução de desigualdades, fim das violências, inclusive as violências digitais racializadas e generificadas, e proteção da natureza. Rejeitar o tecnossolucionismo, a vigilância permanente e a discriminação algorítmica.

## EFETIVAÇÃO

Instituir, no primeiro ano de mandato, avaliação de impacto em direitos humanos como requisito prévio para toda contratação pública de sistemas algorítmicos, com metodologia que inclua obrigatoriamente vieses raciais e de gênero. Criar moratória sobre reconhecimento facial na segurança pública até que existam salvaguardas legais, dado o padrão documentado de erros que atingem desproporcionalmente pessoas negras.

## INDICADOR

Número de sistemas auditados e publicação anual dos relatórios de impacto.

## 02

## TERRITÓRIOS E COMUNIDADES COMO SUJEITOS TECNOLÓGICOS

## COMPROMISSO

Construir políticas com os territórios, e não apenas para eles, reconhecendo povos, comunidades e movimentos sociais como produtores de tecnologia e conhecimento.

## EFETIVAÇÃO

Destinar percentual mínimo definido em lei orçamentária a projetos geridos diretamente por organizações territoriais, com consentimento prévio e titularidade compartilhada dos resultados. Criar conselhos territoriais com poder deliberativo sobre projetos de tecnologia que afetem seus territórios.

## INDICADOR

Volume de recursos executados diretamente por organizações comunitárias.

## 03

## CONECTIVIDADE SIGNIFICATIVA COMO DIREITO

## COMPROMISSO

Universalizar acesso à internet com qualidade, continuidade, preço acessível, dispositivos adequados e formação, priorizando periferias urbanas, áreas rurais, povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

## EFETIVAÇÃO

Adotar meta pública de conectividade significativa com recorte territorial, racial e de gênero, medida por monitoramento oficial anual. Redirecionar recursos de fundos setoriais de telecomunicações para redes comunitárias e provedores públicos, com prestação de contas semestral.

## INDICADOR

Redução da desigualdade de acesso entre territórios, publicada com dados desagregados.

## 04

## INFRAESTRUTURAS PÚBLICAS, COMUNITÁRIAS E FEDERADAS

## COMPROMISSO

Investir em infraestruturas digitais, nuvens públicas e centros de dados comunitários, com capacidade computacional e sistemas de comunicação sob governança democrática, reduzindo dependência de corporações e jurisdições estrangeiras.

## EFETIVAÇÃO

Estabelecer plano de migração progressiva de dados e serviços críticos para infraestrutura pública ou nacional, com cronograma e metas anuais publicadas. Vedar contratos de nuvem que impeçam portabilidade ou auditoria. Fortalecer empresas públicas de tecnologia, universidades e redes comunitárias como operadoras dessa infraestrutura.

## INDICADOR

Percentual de dados públicos críticos hospedados sob jurisdição e controle nacionais.

05

## DINHEIRO PÚBLICO, CÓDIGO PÚBLICO

### COMPROMISSO

Toda tecnologia desenvolvida com recursos públicos deve adotar licenças livres, padrões abertos, interoperabilidade, documentação acessível e mecanismos de auditoria.

### EFETIVAÇÃO

Editar norma vinculante de compras públicas que estabeleça software livre e padrões abertos como regra, exigindo justificativa pública, antecipada e fundamentada para exceções. Incluir cláusulas contratuais contra aprisionamento tecnológico e garantia do direito ao conserto. Retomar Portal do Software Público e repositórios abertos de bens públicos digitais financiados pelo Estado.

### INDICADOR

Proporção de novos contratos com licenças livres, padrões abertos e código publicado.

06

## SOBERANIA E GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA DOS DADOS

### COMPROMISSO

Proteger privacidade e dados pessoais, com proteção especial a dados biométricos e a conhecimentos territoriais, culturais e tradicionais. O que é comum não pode ser objeto de monetização e lucro privado.

### EFETIVAÇÃO

Fortalecer a autoridade de proteção de dados com orçamento próprio, autonomia e representação da sociedade civil em seu conselho. Proibir por lei o tratamento de dados biométricos para vigilância massiva. Criar regime jurídico específico para dados e conhecimentos de povos e comunidades tradicionais, com consentimento coletivo, livre, prévio e informado.

### INDICADOR

Sanções aplicadas, tempo de resposta a denúncias e participação social nas decisões regulatórias.



## 07

## PLATAFORMAS, ALGORITMOS E IA SOB CONTROLE DEMOCRÁTICO

## COMPROMISSO

Enfrentar a concentração econômica e informacional das grandes plataformas, com transparência, auditoria, devido processo e responsabilização, protegendo crianças, adolescentes, mulheres, população LGBTI+, trabalhadores e grupos vulnerabilizados. Financiar comunicação pública e comunitária, fomentando redes federadas, livres e solidárias.

## EFETIVAÇÃO

Aprovar regulação de plataformas e marco legal da IA com: auditoria externa e independente de sistemas de alto risco; participação obrigatória dos grupos afetados nas avaliações de impacto; órgão regulador com representação diversa da sociedade civil; sanções proporcionais ao faturamento global.

## INDICADOR

Sistemas de alto risco auditados e casos de discriminação algorítmica sancionados.

## 08

## EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E FORMAÇÃO CRÍTICA

## COMPROMISSO

Promover educação digital, midiática e algorítmica crítica em escolas, universidades e educação popular, com autonomia docente. Garantir infraestrutura própria para instituições públicas, fomentando iniciativas que desenvolvem, mantêm e auditam tecnologias de interesse público.

## EFETIVAÇÃO

Incluir letramento digital, com educação midiática e algorítmica, no currículo do ensino fundamental e na formação continuada de docentes. Vedar a substituição de infraestrutura própria das universidades públicas por plataformas "gratuitas" que capturam dados da comunidade acadêmica. Criar programa de bolsas para formação tecnológica com cotas raciais e de gênero, priorizando mulheres negras em áreas estratégicas.

## INDICADOR

Crianças e docentes formados, universidades com infraestrutura digital própria e perfil demográfico dos bolsistas.

## 09

## TRABALHO DIGNO, SAÚDE MENTAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA

## COMPROMISSO

Assegurar direitos trabalhistas, proteção social, liberdade sindical e transparência algorítmica a toda a classe trabalhadora, em especial no trabalho mediado por plataformas. Fomentar o cooperativismo e economia solidária em toda a cadeia tecnológica.

## EFETIVAÇÃO

Banir por lei a hipervigilância e as decisões demissionárias ou punitivas totalmente automatizadas, com supervisão humana obrigatória. Incluir o controle algorítmico e o esgotamento no gerenciamento de riscos ocupacionais de saúde mental. Exigir negociação coletiva prévia para novas tecnologias de gestão. Destinar linhas de crédito e compras públicas a cooperativas de plataforma e produção tecnológica local.

## INDICADOR

**Legislação em vigor, acordos e convenções coletivas com cláusulas algorítmicas e recursos executados na economia solidária digital.**

## 10

## POLÍTICA DE ESTADO PARA A SOBERANIA DIGITAL POPULAR

## COMPROMISSO

Elaborar planos nacionais, estaduais e regionais de soberania digital com participação social, metas, orçamento, cronograma e indicadores públicos. Criar estrutura participativa de governança dos assuntos digitais do país, vinculada diretamente à presidência da república.

## EFETIVAÇÃO

Enviar e aprovar no congresso, no primeiro ano, o Plano Nacional para Soberania Digital construído em conferências com paridade de representação da sociedade civil, incluindo instituições de ensino, organizações de mulheres negras, povos indígenas, quilombolas e trabalhadores de plataforma. Instituir Conselho Nacional para Soberania Digital com poder de fiscalização de contratos e despesas, para acompanhamento das dependências tecnológicas do Estado, com relatório público anual.

## INDICADOR

**Realização das conferências, execução orçamentária do plano e publicação dos relatórios de dependência tecnológica.**

# MECANISMOS DE CONTROLE SOCIAL

A adesão a este Decálogo implica aceitar e se comprometer em contribuir com o cumprimento dos três compromissos transversais de responsabilização:

**01**

Publicação anual de balanço de implementação para sua efetivação, com dados abertos e desagregados por raça, gênero e território;

**02**

Realização de audiências públicas semestrais com as redes e organizações signatárias;

**03**

Resposta fundamentada, em até 60 dias, a recomendações formais da sociedade civil sobre qualquer dos dez pontos.

Soberania digital sem participação popular é apenas troca de dono. Este documento existe para que a sociedade civil não seja apenas plateia, mas sujeito da transformação digital do país.

## MOBILIZE E REGISTRE SEU COMPROMISSO OU APOIO

Candidaturas, pessoas e organizações podem participar. Acesse a página, preencha o formulário e ajude a transformar estes compromissos em ação pública.

**[WWW.SOBERANIA.DIGITAL/DECALOGO](http://WWW.SOBERANIA.DIGITAL/DECALOGO)**